

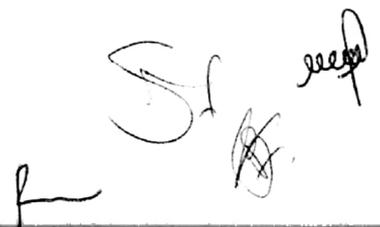
ATA Nº 07/2019 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - CMH. Aos vinte e oito dias do mês de junho de dois mil e dezenove, às dezesseis horas, reuniram-se na Casa dos Conselhos de Balneário Camboriú, situada na Rua 1822, número 1510, neste município, os(as) seguintes **conselheiros(as)**: João Miguel (Titular/Superintendente do FURBES); José Antonio Margarida (Suplente/FURBES); Ana Claudia Gurian de Arruda (Titular/Secretaria de Planejamento); Valmor Alberto Dalago Neto (Titular/Secretaria da Fazenda); Bárbara Gonçalves Fornerolli (Titular/Biblioteca Comunitária Bem Viver); Airton Claudir da Rosa (Titular/Associação de Moradores do Jardim Denise); Anderson Beluzzo (Titular/OAB); Giovana Valentini (Suplente/ IAB-Núcleo Litoral Norte); Renata Resende Meirelles (Titular/SASC) e Yuzi Anai Zanardo Rosenfeldt (Titular/UDESC). Contando com a participação de **outros representantes**: Nazha Sayed (Coordenadora/CRAS-Municípios); Silvana Oliveira (CRAS/São Judas); Ivonete Klappoth (Liderança com.) e Sandra Kraus (CRAS/São Judas). Sendo as dezesseis horas e vinte e dois minutos, Presidente Renata dá as boas vindas aos presentes e dá início à reunião. Informa que neste dia foram convidados representantes dos CRAS. É assinada a **lista de presença**. Renata explica que tem duas atas para serem assinadas, Ata 05/2019 da reunião ordinária do trinta e um de maio e Ata 06/2019 da reunião extraordinária do dia sete de junho, que por problemas técnicos não foram impressas ainda, mas que até o final da reunião serão disponibilizadas. **Documentos recebidos**: Ficha de Indicação de conselheiros representantes do FURBES, nomeando João Miguel como titular e José Antônio Margarida como suplente; Ficha de Indicação de conselheiros representantes da Associação de Moradores do Jardim Denise, indicando Airton Claudir da Rosa como titular e Maria Eroni Cavalheiro como suplente. Presidente Renata observa que ainda falta indicação de suplente da conselheira Ana Claudia, representante da Secretaria de Planejamento. Logo, pergunta ao representante José Antônio Margarida se já repassou a informação à AMOBAN, solicitando indicação de novo representante titular, sendo que o mesmo responde afirmativamente. Passa-se então ao ponto da pauta referente à **Atualização da Situação Habitacional de Cada Bairro do Município**. Renata explica que tomou a iniciativa de chamar representantes dos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS, para saber se eles recebem alguma demanda em relação a habitação ou se a população vai diretamente ao FURBES, visando saber como a população usa as coisas que tem disponíveis. Informa que, na reunião passada, fizeram esse trabalho a partir de alguns dados que trouxeram do FURBES, o próprio CUIDA, referente aos locais onde está tendo área de deslizamento, e outros problemas temporários decorrentes de intempéries climáticas. Fala também das dificuldades que a população traz, que eles têm nas suas casas e explica que o objetivo é o Conselho ser munido dessas informações, para poder desenvolver ações a esse respeito a partir dessas diretrizes. Na sequência passa a palavra à Coordenadora do CRAS Espaço Cidadão, do Bairro dos Municípios, Sra. Nazha a qual se apresenta e informa que está desde o mês de fevereiro como coordenadora desse CRAS. Informa que o CRAS é uma política pública da Prefeitura Municipal, ligado à Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social, cuja Secretária é a Sra. Christina Barrichello. Tem três CRAS em Balneário Camboriú e que o CRAS do Bairro dos Municípios atende os bairros dos Municípios, Vila Real e Iate Clube; tem o CRAS do Bairro São Judas Tadeu, com outro Coordenador e outra Equipe Técnica, que atende São Judas Tadeu, Nova Esperança, Barra e Praias Agrestes e tem o CRAS do Bairro das Nações, que atende o Centro, o Bairro das Nações, Ariribá e Bairro dos Pioneiros. Cada CRAS com uma Equipe Técnica, formada por Assistente Social, por Psicólogos, Pedagogos. Nazha explica que, quando recebeu o convite do conselho, solicitou a presença da Assistente Social, para explicar as questões de moradia dos moradores do Bairro dos Municípios mas não foi



possível por causa da agenda, mesmo assim Nazha manifesta que ela já participava, antes de assumir a coordenação, das visitas técnicas domiciliares e conhece a realidade do bairro, pois está atuando nesse CRAS desde o ano 2012, como Orientadora Social e conversou com a equipe técnica e fez os apontamentos correspondentes para trazer aqui para a reunião. Inicialmente fala da questão da numeração das casas no bairro dos Municípios, onde ao lado da casa número vinte e oito aparece de repente uma casa número quinhentos e trinta e ao lado pula para mil duzentos e pouco, sendo totalmente desgovernada a numeração, mas sabe-se que foi uma área invadida e que os moradores foram colocando aleatoriamente os números nas casas e aquilo ficou assim. Informa também que algumas casas mudam de número repentinamente e que são os próprios traficantes que fazem a mudança na numeração, para não serem achados. Explica que na hora da realização de visita domiciliar é muito difícil localizar um endereço por causa da numeração que vai mudando. Nazha fala também da questão das cheias, sendo que os moradores reclamaram do problema da manutenção e limpeza de bueiros que, segundo eles, poderia ser mais contínuo. Representante Ivonete fala que no bairro São Judas Tadeu isso também acontece que o rio enche por conta dos bueiros. Nazha acrescenta que pessoas jogam colchões e até cachorro morto nas valas (fala que isso acontece no bairro Monte Alegre em Camboriú) e acredita que essas pessoas deveriam ser multadas. Finaliza dizendo que os moradores pedem, de um modo geral, que seja feita limpeza dos bueiros mais vezes. Presidente Renata fala que logo irá passar a palavra aos representantes dos outros CRAS, para que possam expressar quais as reclamações ou queixas referentes a habitação e solicita que sejam mais pontuais nas colocações. Nazha traz uma solicitação da Assistente Social do CRAS do Bairro dos Municípios, referente a uma Audiência Pública com a Associação dos Moradores, que poderia ser formado um Programa Habitacional de Balneário Camboriú. É questionado se a população não chega ao CRAS solicitando alguma coisa relacionada a habitação, por causa da precariedade ou outros problemas, para o qual Nazha afirma que solicitam e muito e que esse é o motivo da solicitação da Audiência Pública e da formação de um Programa Habitacional. Conselheiro Airton fala a respeito do lixo que vem da maioria dos terrenos baldios e que não são os moradores que despejam esse lixo nesses locais e fala da situação vergonhosa da rua do Barranco, com o pessoal que, por causa de reformas que estão sendo feitas, vem do Centro e despeja o lixo ali e que provavelmente o proprietário não está sabendo mas que, o pessoal contratado descarta o lixo nessa rua pois sabem que não tem monitoramento. Acrescenta que a Prefeitura limpa de manhã e de tarde já colocam mais lixo. Na continuidade é passada a palavra às representantes do CRAS do Bairro São Judas Tadeu. É questionada a existência de um Programa Habitacional em Balneário Camboriú, para o qual Conselheira Ana Claudia informa que é uma questão relacionada mais ao FURBES que ao Planejamento. Conselheiro João Miguel manifesta que irá fazer as ponderações após ouvir as colocações das representantes dos CRAS. Representante Silvana, do CRAS, fala que a população do Bairro São Judas é muito carente, sendo que, depois do rio há uma situação totalmente atípica do resto do município e que elas representam uma classe paupérrima. Explica que não são somente conselheiras, mas também são líderes comunitárias, defendendo as oficinas e tudo que tem direito no bairro. Manifesta que a principal queixa é que o aluguel do bairro São Judas Tadeu é caríssimo, motivo pelo qual as pessoas vivem em condição subumana. Explica que de manhã bem cedo, quando ainda as pessoas estão de portas fechadas e dormindo, têm ratos imensos, se tratando de uma infestação. Acrescenta que o problema das calçadas, dos bueiros e do rio também existe no São Judas, onde há um problema de saúde pública com cachorros soltos na rua, onde as pessoas dependem de cesta básica para alimentar



seus filhos e não tem como alimentar os seus cachorros. Representante Silvana, fala também de quatro casas ao lado do Centro Comunitário, em que foram contempladas pessoas que já tinham família com moradia e que tem condições. Conselheiro João Miguel, Superintendente do FURBES, explica quais os critérios de distribuição dessas casas. Explica que, as duas senhoras foram contempladas, e não foi na gestão dele, pois quando ele assumiu as casas já estavam distribuídas. Explica que foram construídas seis casas, quatro no bairro São Judas Tadeu e duas no Bairro das Nações e que só falta ser entregue uma delas no Bairro das Nações, lá no Morro da Pedra e explica que ele mesmo foi atrás para saber qual foi o critério de distribuição. Relata que as duas senhoras que receberam essas casas que ele próprio fez a entrega semana passada, foi por uma solicitação da Defesa Civil, porque elas estavam em área de risco, morando lá no final da Rua Bento Cunha, com uma pedra enorme nos fundos da casa delas, sujeito a desmoronar em qualquer momento, então, para a casa que foi construída foi escolhida quem mais necessitava e eram aquelas duas senhoras porque estavam em situação de risco. Explica que o FURBES faz a distribuição por área de risco, conforme laudo recebido da Defesa Civil. Outrossim informa que, a região da Bento Cunha, que fica perto da Secretaria de Obras, na Barra, era a região mais perigosa da cidade e quase todas as pessoas que receberam casa saíram de lá porque foram notificadas pela Defesa Civil. Representante do São Judas pede desculpas em falar, mas afirma que uma das pessoas que recebeu casa ali, mora na mesma rua, nos fundos da casa da mãe dela e pede para o Superintendente ir em busca dessa informação, para o qual ele explica que está justificando o motivo pelo qual essas duas senhoras receberam essas duas casas e que as outras ele não pode responder porque não estava na gestão nesse momento e que ele está respondendo por essas duas casas por motivo dele já estar lá no momento da entrega e que as outras já moravam lá, e desconhece a história. Silvana explica que está reivindicando o direito de todos poderem viver de maneira digna, com o qual o Superintendente concorda que todos temos esse direito. No momento, Presidente Renata chama atenção à pauta do dia, solicitando que seja feita neste momento somente a apresentação dos problemas e que em outro momento haverá oportunidade para discutir outros assuntos. No que diz respeito às reclamações dos moradores, Silvana acrescenta que, tanto na Barra, como no Bairro São Judas, como em Nova Esperança existe o problema da ocupação da calçada com carros, comércios que se estendem. É esclarecido que a ocupação da calçada com carros é uma questão do Trânsito. Superintendente sugere que seja feita uma lista dessas demandas e que seja classificado o que corresponde a habitação para discutir numa próxima reunião. Conselheiro Beluzzo considera importante estarem registrando neste momento as demandas referentes a habitação para ir conhecendo e poder propor algumas soluções e que este é um momento de reflexão. Conselheiro Airton sugere que seja estipulado um tempo para cada representante expor as reivindicações, por exemplo de cinco minutos. Na continuidade, após apresentadas as demandas, passa-se ao item da pauta referente à **Discussão de linhas de ação frente aos problemas apresentados**. No que diz respeito ao problema dos cachorros, é sugerido que os presidentes das associações de moradores dos bairros busquem a criação de um Centro de Zoonoses para tentar resolver esse problema. No que diz respeito à precariedade das habitações existentes, é questionado às representantes dos CRAS se existe algum tipo de cadastro ou registro que os conselheiros possam estar contemplando, para o qual é informado que essa lista existe, que é feita com a Associação de Moradores do Bairro São Judas e que na última vez que entraram em contato com a pessoa que detém essa lista havia mais de cem pessoas e que tomaram conhecimento dessa lista por conta da última enchente e que pode ser apresentada ao conselho em outra reunião. Superintendente do FURBES tem uma listagem de mais de mil e cem pessoas



e que todos os dias chegam pessoas e que não tem condições legais de dar auxílio moradia, embora exista recurso. Fala sobre sua trajetória profissional e manifesta que conhece a realidade de cada bairro e os problemas que foram aqui colocados. Acrescenta que é um problema social, difícil de resolver, mas que não é impossível e que quando o mesmo tomou conhecimento da pauta foi conversar com o Prefeito, o qual deu carta branca para agir [na busca de soluções] mas o problema está em área de terra em Balneário Camboriú, porque não temos terrenos disponíveis. Outrossim informa que descobriu uma área de terra enorme que dizem que é do município e já está fazendo o levantamento para verificar se essa área é realmente do município, e se for do município e se puderem conseguir recurso mediante a Lei que conselheiro Beluzzo encaminhou, então haveria condições de fazer um Projeto Habitacional muito bom. Conselheiro Anderson Beluzzo sugere como encaminhamento a formação de uma comissão de quatro ou cinco pessoas para tratar desse assunto e pensar instrumentos para a política da habitação. No que diz respeito ao Plano Municipal de 2007, de Regularização de assentamentos precários, Beluzzo explica que não houve uma atualização e poderiam ser estabelecidas diretrizes e fixadas algumas metas e com esse Plano pode se buscar articulação com os outros entes federados, e que com o Plano pode se trabalhar com parcerias. É informado que Balneário Camboriú tem um Plano Municipal de 2011, conselheira informa que só conseguiu acesso à parte das ações estratégicas. Conselheiro Beluzzo afirma que “toda política pública deve ter seu C.P.F., isto é, Conselho, Plano e Fundo”. Fala também sobre o remanescente deste ano, da Lei Solo Criado, sugerindo uma Resolução para que o recurso superávit seja destinado para o FURBES. **Encaminhamentos propostos:** 1. Formação de uma comissão para tratar sobre os instrumentos para a política da habitação. 2. Alteração na LOA de 2019, visando conseguir um aporte no recurso da dotação orçamentária do FURBES, solicitando parte do superávit proveniente da Lei do Solo Criado mediante Resolução, encaminhando a solicitação ao Gabinete, pois o ano que vem não poderá ser feita por se tratar de ano eleitoral. Conselheira fala a respeito da Lei Municipal Complementar Nº 35, de 29 de março de 2019, a qual dispõe sobre o estabelecimento de critérios de regularização de edificações, cujos impactos já estejam consolidados. Logo, Superintendente João Migual, faz alguns esclarecimentos referentes à Regularização Fundiária. Na sequência é formada a **Comissão de Instrumentos da Política de Habitação de Interesse Social**: Ana Claudia (Planejamento); Giovana (IAB); Yuzi (UDESC); Anderson Beluzzo (OAB) e Bárbara (Biblioteca Bem Viver). Nada mais havendo a tratar, a Presidente agradece e dá por encerrada a reunião e eu, Liliana Raquel Noto Inacio, Secretária Executiva da Casa dos Conselhos, lavro a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelos conselheiros presentes para que surta os efeitos legais.

